

## **Ações e coerência nas decisões relativas à educação no Brasil**

Enviado por Márcia Gamboa

02 Novembro 2010

Há poucos dias, a Organização das Nações Unidas, ONU, solicitou aos então-candidatos à presidência do Brasil a assinatura de uma carta-compromisso com políticas consagradas à qualidade do ensino no país. Num momento em que os discursos político-eleitorais só destacavam números relativos ao crescimento da escolarização, era fundamental se falar em qualidade. Não queremos dizer que os números atinentes ao aumento de formados sejam desprezíveis, mas eles também precisam ser compreendidos contextualmente. Assim, iniciamos nossa reflexão tratando dessas questões.

O orçamento da União destinado à educação em 2010 foi da ordem de R\$ 12.067.197.743,22, segundo dados do Senado Federal. No entanto, no mês de maio, como medida para coibir o aumento crescente, e em proporções cada vez maiores, da taxa básica de juros (Selic) fixada pelo Banco Central, o ministro Guido Mantega efetuou um novo corte, que, acrescido ao anterior efetuado no início de ano para o ajuste contingencial, totalizou R\$ 2,34 bilhões em relação aos valores aprovados pelo Congresso.

O corte total de R\$ 31,8 bilhões no Orçamento da União visava, na prática, a um duplo objetivo: tanto ao reforço da política de responsabilidade fiscal, quanto a mostrar ao mercado o cumprimento da meta de superávit primário de 3,3% do PIB.

Assim, o dinheiro antes destinado à Educação, Planejamento, Transportes, Fazenda, Saúde e Desenvolvimento Social foi realocado nos ministérios do Esporte; da Agricultura; Trabalho; Previdência Social; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Justiça; Desenvolvimento Agrário; Defesa; Integração Nacional e Turismo.

Precisamos decidir que tipo de desenvolvimento queremos atingir.

Devemos considerar também que, do dinheiro que restou às políticas educacionais, nem todo ele promoveu a educação de fato. Auditoria recentemente divulgada pelos meios de comunicação é infeliz exemplo dos descaminhos do dinheiro público (que é nosso dinheiro; do cidadão que paga seus impostos!). A Controladoria Geral da União, CGU, é o órgão do governo federal responsável pela fiscalização da aplicação das verbas federais. Como a CGU trabalha por amostragem, podemos imaginar a gravidade do quadro de fato.

Em Olho d'Água das Cunhãs, município com cerca de 18 mil habitantes, no interior do Maranhão, a auditoria realizada no início de 2009, constatou que, dos R\$ 5,6 milhões enviados pelo governo federal, e que constituíam parte da verba que deveria ter sido utilizada na educação no período de 2007 a 2009, havia indícios de aplicação irregular em cerca de R\$ 1,3 milhão, desse total. Em percentuais, isso equivale a 25% das verbas fiscalizadas na localidade.

Não faltam denúncias de desvios de verbas. E aí resta-nos falar do que é feito das verbas que, de fato, são aplicadas no setor educacional.

No início de dezembro de 2009, o Instituto Paulo Montenegro divulgava a pesquisa do índice de Alfabetismo Funcional, INAF, da população brasileira com idade entre 15 e 64 anos, residente em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país, segundo a qual 54% dos que estudaram até a 4ª série atingiram, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo. Ainda mais chocante é o dado de que 10% destes podem ser considerados completamente analfabetos a despeito de terem cursado de 1 a 4 anos do ensino fundamental. Dos indivíduos que cursaram da 5ª a 8ª série, apenas 15% podem ser considerados completamente alfabetizados. Dentre os que têm ensino médio incompleto ou completo, somente 38% atingem o nível pleno de alfabetismo.

O recém criado IVH, Índice de Valores Humanos, um indicador que busca retratar a experiência do brasileiro no tocante aos atendimentos oferecidos na área as educação, saúde e trabalho, mostra que, embora, não raro, lhe faltem

informações mais específicas, a população está cada vez mais alerta para esses descabros.

Como o IVH foi calculado para compreender os diferentes grupos de renda e de escolaridade, ele comprova o que já parecia óbvio: que as experiências positivas são mais frequentemente relatadas pelos grupos com maior renda e educação. No entanto, desfazendo o mito de que os mais pobres e menos escolarizados são mais condescendentes, o relatório registra que este grupo tem consciência de que a pobreza e a exclusão lhe impõe maiores penalidades no dia a dia.

Se a criação do índice buscava conferir materialidade à discussão “sobre a importância dos valores para o desenvolvimento humano”, restam apenas as ações coerentes com o objetivo de sanar os problemas. Caso contrário, palhaços semialfabetizados continuarão a ser eleitos como forma de protesto de uma população que se sabe desrespeitada pela classe política – mas que, inconsciente das consequências, por falta dessa mesma escolarização, se autopenalizará à medida que de roldão serão guindados ao poder, com a instituição do voto proporcional, outros tantos deputados do partido do eleito em questão.